



**III CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

## **NARRATIVAS DE FAMÍLIAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

Rosa Maria da Costa Siqueira

*Programa de Pós-Graduação em Educação - POSEDUC/UERN. [rosabenicio@hotmail.com](mailto:rosabenicio@hotmail.com)*

Stenio de Brito Fernandes

*Secretaria de Educação do Rio Grande do Norte - SEEC. [steniondre@hotmail.com](mailto:steniondre@hotmail.com)*

Ana Lúcia de Oliveira Aguiar

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. [oliveiraaguiarpetro@gmail.com](mailto:oliveiraaguiarpetro@gmail.com)*

Eliane Correa Cota

*Universidade Potiguar - UNP. [elianeege@hotmail.com](mailto:elianeege@hotmail.com)*

### **RESUMO**

Este artigo emergiu de uma monografia intitulada *Uma análise das famílias de crianças e adolescentes com Necessidades Educacionais Especiais: o estigma do preconceito*, apresentada no ano de 2010, na Faculdade de Serviço Social (FASSO), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). O texto foi (re)escrito com base no método (Auto) biográfico. Como problema, elencamos: como as narrativas (auto) biográficas contribuem para a reflexão das famílias com crianças e adolescentes com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs), cuja sistemática é desmistificar o preconceito? O objetivo é reconhecer, por meio das narrativas (auto) biográficas, como essas famílias desmistificam as marcas do preconceito que perpassa as suas vidas, a partir da reflexão sobre a violação dos seus direitos e deveres no cotidiano. É uma pesquisa de abordagem qualitativa, em que se faz uso do método (Auto) biográfico. Como resultados, aponta-se que as narrativas de histórias de vida de mães de crianças e adolescentes com NEEs do Centro Regional de Educação Especial de Mossoró e Região (CREE-MOS), lócus da pesquisa, possibilitam um novo olhar para o papel social da família, no sentido de desmistificar as marcas do preconceito existente na própria família, na escola e na vida social dessas crianças e adolescentes. Os relatos aqui descritos permitem, perceber a importância dos centros de atendimento especializado, com profissionais especializados, para desenvolver, junto com as famílias, o potencial de suas crianças e adolescentes e/ou amenizar suas dificuldades, com suas diferenças e particularidades, de modo a possibilitar a efetivação de seus direitos individuais e sociais.

**Palavras-Chave:** Família, (Auto) biografia, Necessidades Educacionais Especiais, Preconceito.

### **INTRODUÇÃO**

Atualmente, o debate acerca dos direitos de crianças e adolescentes com NEEs reflete as diversas formas de violação desses segmentos. Decerto, a realidade dessas crianças e adolescentes está impregnada de muitos obstáculos cujo aspecto primordial é o preconceito que impede ou dificulta sua inserção no meio social.

Este artigo discorre questões de ordem metodológica e traz conceitos e dimensões da literatura da pesquisa (auto) biográfica. Como problema a ser investigado, elencamos: como as



narrativas (auto) biográficas contribuem para a reflexão das famílias de crianças e adolescentes com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs), cuja sistemática é desmistificar o preconceito? O objetivo é reconhecer, por meio das narrativas (auto) biográficas, como essas famílias desmistificam as marcas do preconceito que perpassa as suas vidas, a partir da reflexão sobre a violação dos seus direitos e deveres no cotidiano.

O CREE-MOS é uma instituição pública que trabalha na perspectiva inclusiva, cuja manutenção vem do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria Estadual de Educação e Cultura, com base nos seguintes documentos: Resolução nº 02/2012-CEE/RN; Constituição Federal/88; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96; Decreto 6571/2008; Resolução nº 4/2009; dentre outros.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) no CREE-MOS é oferecido no contra turno do ensino regular, na modalidade de Educação Especial, de forma não substitutiva. A instituição atende, hoje, aproximadamente cem alunos (as) nos turnos matutino e vespertino e tem como finalidade contemplar alunos(as) com NEEs provisórias e/ou permanentes, bem como trabalhar com professores(as) de escolas de ensino regular e familiares, a fim de contribuir com o processo de inclusão e proporcionar diferentes alternativas de atendimentos.

Para melhor organização das informações, este artigo trará discussões a respeito do preconceito como impedimento no processo educacional de crianças e adolescentes com NEEs; uma abordagem sobre a eliminação do preconceito como mediação para afirmação de direitos humanos e sociais. E por último, são apresentadas as considerações no que se refere às narrativas de famílias de crianças e adolescentes com NEEs atendidas pelo CREE-MOS, com a finalidade de apontar o papel da família no processo educacional.

## **METODOLOGIA**

De abordagem qualitativa, a pesquisa em tela faz uso do método (Auto) biográfico, apoiada teoricamente em Josso (2010), no qual afirma que a pesquisa (auto) biográfica ou narrativa de histórias de vida, são relatos escritos da própria vida, em que o sujeito desloca-se numa análise entre o papel vivido de ator e autor de suas próprias experiências. Acrescenta-se para este estudo a pesquisa bibliográfica, alicerçada por aportes teóricos como: Alencar (2004), Brasil (2004), Carloto (2008), Oliveira (2004), Queiroz (1995) e Sposati (1998).



No presente artigo, são tecidas discussões teóricas e práticas no viés da pesquisa (auto) biográfica sobre narrativas de histórias de vida, cujo desenvolvimento se deu com base nas experiências de quatro mães<sup>1</sup> de crianças e adolescentes com NEEs, atendidas pelo Centro Regional de Educação Especial de Mossoró e Região (CREE-MOS), lócus privilegiado da pesquisa, que aconteceu nos dias quatorze e quinze de dezembro de 2009. A abordagem aos sujeitos investigados se deu na referida instituição, tendo em vista que alguns familiares ali permanecem enquanto aguardam o atendimento das crianças e adolescentes com NEEs.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **O preconceito como impedimento no processo educacional de crianças e adolescentes com NEEs**

Sabe-se que o preconceito percorre toda a história da humanidade. Desde os tempos mais remotos, pessoas com algum tipo de deficiência são discriminadas no meio social, e o fator determinante dessa situação é a falsa ideia, reproduzida por grande parte da sociedade, de que as pessoas com deficiência são seres incapazes e sem a mínima condição de exercer algum tipo de tarefa. Esse pensamento acaba por gerar a segregação dos sujeitos *diferentes*, que, muitas vezes, são obrigados, pela família ou sociedade, a se isolarem do convívio social. Tal atitude pode ser confirmada no relato a seguir:

Quando eu saio com ele, as pessoa fala com ele, mais ele nunca fala, ele sempre baixa a cabeça. Eu acho que é da dificuldade que ele tem. [...] é uma criança assim, que ele num namora, que ele só vive em casa... (Narrativa de Ariel, mãe de um adolescente com NEEs, 14/12/2009, Mossoró/RN).

A falta de informação é, sem dúvida, um dos fatores que ainda colabora para manter a pessoa com deficiência enclausurada dentro de casa. Algumas vezes, a família, com medo de que os filhos (as) sofram de alguma forma, seja por preconceito ou discriminação, os impedem de desenvolver as suas potencialidades.

Essa concepção leva ao entendimento de que o preconceito ou discriminação para com as pessoas com deficiência tem início no nascimento ou, exatamente, no momento em que é constatado algum tipo de limitação, seja ela física, mental ou algum distúrbio de aprendizagem

---

<sup>1</sup> Os nomes dos participantes são fictícios, para garantir a privacidade e a ética exigida pela pesquisa.



adquirida ou hereditária, o que poderá ocorrer em qualquer tipo de constituição familiar e em todas as classes sociais. As seguintes narrativas revelam essa realidade:

[...] você sempre espera alguém saudável pra você, alguém como você né? Aí, de repente... passa momentos que você não sabe como é... dói o coração, a cabeça... (Narrativa de Clara, mãe de uma adolescente com NEEs, 14/12/2009, Mossoró/RN).

Minha primeira reação foi de não querer aceitar... Assim... a gente espera uma criança boa, normal, né? Como se diz, normal. ver uma diferença, ver diferente dos outros é claro que tem aquele choque né? Mas aí depois, depois vem orientação, depois de muita conversa... Isso aconteceu com eu e o pai dela, porque nós não esperava né? Mas, aí também, de repente, depois de conversa, depois de muita orientação, nós passamos a aceita-la normalmente. (Narrativa de Valentina, mãe de uma adolescente com NEEs, 15/12/2009, Mossoró/RN).

Para Queiroz (1995), o preconceito e a discriminação constituem-se em práticas socialmente criadas e, conseqüentemente, transmitidas de pais para filhos, o que faz com que se perpetuem conceitos deturpados e negativos com relação à socialização das pessoas com deficiência. O autor enfatiza ainda que o preconceito não nasce com a pessoa, mas que surge de acordo com uma leitura de mundo culturalmente transmitida na família, na escola e/ou na comunidade em geral.

Em alguns casos, o preconceito torna-se evidente, quando, por exemplo, se nega a uma pessoa com NEEs a chance de aprendizagem e socialização, seja no âmbito familiar, escolar, ou em diversas esferas do mundo social. Nesse caso, é comum frases permeadas de ironias e alguns estigmas que perpassam a realidade de alguns adolescentes com NEEs, como se pode constatar nos relatos abaixo:

Quando ele era criança, que uma vizinha minha, dizendo que ele [...] que ele era *doido* (Narrativa de Ariel, mãe de um adolescente com NEEs, 14/12/2009, Mossoró/RN).

Tem muita preguiça [...] muita, muita, muita [...] o pai pega muito no pé dela, porque ela, devido essas coisa que ela tem preguiça de fazer (Narrativa de Valentina, mãe de uma adolescente com NEEs, 15/12/2009, Mossoró/RN).

Eu teria procurado muito mais antes, talvez o *defeito*, minha filha já tivesse melhor, né, o *defeito* dela? (Narrativa de Valentina, mãe de uma adolescente com NEEs, 15/12/2009, Mossoró/RN).

É evidente que todos, na condição de discriminados ou discriminadores, têm a possibilidade de (re)produzir preconceito. Cabe frisar também que o preconceito pode ser praticado de forma



consciente ou não. Entretanto, há uma forma muito simples e prática de evitar conscientemente a reprodução de preconceitos: a condição de se colocar na posição do outro, exercitando sistematicamente o respeito à pessoa humana. Deve-se frisar, então, que todos são diferentes e têm suas limitações, por isso, é mister tratar o outro como gostaríamos de ser tratados.

### **A eliminação do preconceito como mediação para a afirmação de direitos humanos e sociais**

Para eliminar o preconceito, se faz necessário o combate ao próprio preconceito, uma vez que quando o mesmo se perpetua, retira dos sujeitos a possibilidade de agir com liberdade e autonomia, suprimindo a subjetividade e não respeitando as diferenças e as particularidades de cada um. Vale salientar que o combate ao preconceito não é fácil, ao passo que ele impede, de forma clara, a inserção de crianças e adolescentes com NEEs nos vários âmbitos da sociedade, seja no mercado de trabalho, na escola, na convivência com os amigos e até mesmo na família, como é enfatizado no relato de uma mãe:

Sempre eu tentei procurar, mais nunca tive, assim, um amparo de alguém que me desse mais força. Mais eu sentia a necessidade maior dele [...] pais que têm criança com alguma deficiência, alguma dificuldade, que não faça como eu, que deixei pra quando a criança tiver com 15 anos não. Porque quanto mais cedo cuidar, melhor resultado terá... (Narrativa de Ariel, mãe de um adolescente com NEEs, 14/12/2009, Mossoró/RN).

A inserção das pessoas com deficiência no meio social é, de fato, um obstáculo a ser vencido, na medida em que a não adaptação ou falta de acessibilidade as tornam excluídas, comprometendo sua autoestima. O primeiro passo nessa difícil tarefa é fazer com que se sintam valorizadas, importantes, inteligentes, capazes e iguais aos demais. Cada ser possui suas limitações, mas não se deve enfatizar essas limitações. É importante lhes mostrar que são capazes de evoluir sempre, que cada conquista servirá de estímulo para buscarem, cada vez mais, superar suas dificuldades.

Nesse processo de superação dos limites, a atuação da família é imprescindível, no sentido da efetivação da garantia de direitos, quando estes forem violados. Faz-se necessário, então, o entendimento e conscientização dos direitos de cidadania, tanto os já existentes quanto aqueles que podem ser ampliados ou criados. A narrativa abaixo contém exemplo de preconceito no âmbito escolar e de violação dos direitos da criança, enquanto cidadão (ã).



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Quando ela mudou dessa escola pra outra, [...] teve uma professora lá que não queria de jeito nenhum aceitar ela, fez o maior movimento [...] ela só disse que não ficava porque não sabia trabalhar com aluno especial, foi colocado um auxiliar, mais a forma como ela falou, porque ela não queria mesmo, por puro preconceito. (Narrativa de Sarah, mãe de uma criança com NEE, 15/12/2009, Mossoró/RN).

A mãe da criança, porém, consciente de que sua filha tinha direito à educação, reagiu com inconformismo e indignação diante da realidade exposta. A situação teve o seguinte desdobramento:

O prefeito mandou me chamar pra perguntar o que se poderia fazer. Eu disse pra ele: faça o seu trabalho porque a minha filha vai ficar na escola que é um direito dela e ela vai ficar lá. [...] Então, o que eles acharam? botaram um vigia na escola, que não tinha, pra ficar na escola, um porteiro e contrataram outra pessoa pra ficar na sala com ela e a professora. [...] o que ele resolveu fazer? Contratou um vigia e uma pessoa pra ficar com a professora, e a professora foi a mesma que rejeitou (Narrativa de Sarah, mãe de uma criança com NEE, 15/12/2009, Mossoró/RN).

É importante enfatizar que atitudes como a dessa mãe são de extrema importância no combate a qualquer atitude preconceituosa que nega a condição humana. É o que fica claro em outro relato de Sarah:

Já escutei mães aqui falar que o filho já foi rejeitado em várias escolas, e isso faz com que quando seu filho é rejeitado numa escola e você não tem consciência que seu filho tem direito e a escola tem o dever de aceitar, ela fica sem estímulo, perde todo o estímulo de lutar pelo direito de seu filho (Narrativa de Sarah, mãe de uma criança com NEE, 15/12/2009, Mossoró/RN).

É a partir dessa consciência de luta, que os desafios postos às crianças e adolescentes com NEEs devem ser enfrentados, na tentativa de garantir a afirmação e efetivação dos seus direitos sociais. Conforme se observa, a negação dos direitos é, de certa forma, uma exclusão social, pois a exclusão social é vista segundo Sposati (1998) como uma negação da cidadania, o que acaba por acentuar a condição indigna e desqualificada do ser.

Na realidade brasileira, o Estado apresenta uma noção de inclusão, mas não garante os direitos sociais como um todo, partilhando, em muitos momentos, da filantropia da sociedade e deixando de assumir a responsabilidade pública. Muitas pessoas, vítimas do preconceito e sem apoio, sentem a necessidade de recorrer a intervenções estatais ou não governamentais, buscando responder as suas demandas, entretanto, as instituições nem sempre possuem a estrutura adequada para acolherem tais pessoas.



## **O papel da família no processo educacional: narrativas de histórias de vida de mães de crianças e adolescentes com NEEs**

É sabido que a educação é um direito social e, nesse sentido, as crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais (NEEs) não podem ficar fora da escola, pois é nela que se dá grande parte das aprendizagens humanas, principalmente no que diz respeito a conviver com as diferenças. Logo, é necessário destacar a família como importante influência na formação dos sujeitos, visto que é o primeiro grupo social ao qual pertencem e do qual adquirem regras, as quais passam a reproduzir na sociedade, podendo contribuir significativamente para erradicar o preconceito de seu convívio.

Conforme a Constituição Federal Brasileira de 1988, no TÍTULO VIII - Da Ordem Social, capítulo VII - da família, da criança, do adolescente e do idoso, art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2004, p. 129).

A instituição família não é um fenômeno natural de caráter universal, portanto a-histórico. Não é natural a divisão de papéis dentro dela, nem a forma como se constitui o grupo conjugal, a unidade familiar e as relações de parentesco (CARLOTO, 2008). Destarte, é pertinente à família entender que ela é o suporte necessário à criança, o sustentáculo que vai ajudá-la a desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania.

No que tange às condições sociais e econômicas do Brasil, na atualidade, Alencar (2004, p. 63-4) enfatiza que:

[...] as mais diversas situações de precariedade social, desemprego, doença, velhice, encaradas como dramas da esfera privada, tenderam a ser solucionadas na família, como responsabilidade de seus membros. Na maioria das vezes, a responsabilidade recai sobre as mulheres, tornando-as responsáveis pelo cuidado dos filhos menores, dos idosos, doentes e deficientes, sobrecarregando-a ainda mais, considerando que grande parte das famílias são chefiadas por mulheres.

Presume-se, portanto que é a figura materna quem abdica das suas atividades cotidianas e/ou incorpora maiores responsabilidades no desempenho do papel de cuidar, de proteger, que lhe é



atribuído pela sociedade paternalista, tendo em vista que são poucos os pais que ajudam nesta tarefa, devido às construções sociais desiguais de gênero.

Mesmo com as grandes transformações ocorridas no âmbito das relações familiares, a família continua destinada a proteger, cuidar e socializar os sujeitos, por ser o primeiro grupo de socialização dos sujeitos, porém, não se deve esquecer que ela também é um espaço de contradição, onde, algumas vezes, há repreensão, negação de direitos, violência, e cerceamento da liberdade dos sujeitos. Entende-se, então, que a família e a escola são duas instituições primárias e fundamentais para o convívio do ser humano na sociedade, uma vez que suas ações e realizações, refletidas em atividades cotidianas, partem de forma direta ou indireta desses dois pilares.

Em algumas situações, a família nem sempre tem acesso aos meios que ajudarão a suprir as necessidades daqueles que estão sob sua responsabilidade, não em razão de sua vontade, mas por ausência de políticas públicas. Nesse sentido, cabe ao Estado promover políticas públicas com medidas de proteção sócio-familiar, objetivando suprir as necessidades básicas, como saúde, moradia, e educação. Esta última merece destaque, em razão de a escola, juntamente com a família, ser espaço primordial e significativo para (des) favorecer o desenvolvimento, a segurança, a auto-estima, a valorização da vida e o respeito.

É através das narrativas de histórias de vida ora apresentada, onde aponta principais dificuldades enfrentadas por famílias que possuem em seu núcleo algo que foge dos padrões de normalidade impostos pela sociedade. O fato é que a chegada de uma criança com alguma deficiência ocasiona mudanças substanciais no interior da família. Os primeiros momentos da descoberta da deficiência são traumáticos, conforme relatado por uma mãe;

Demorou para mim aceitar, me acostumar, foi bem complicado (Narrativa de Clara, mãe de uma adolescente com NEEs, 14/12/2009, Mossoró/RN).

No começo eu não queria aceitar, mais aí depois fui vendo que não era assim (Narrativa de Valentina, mãe de uma adolescente com NEEs, 15/12/2009, Mossoró/RN).

Segundo Oliveira (2004), a família que tem uma criança com deficiência passa por um processo de adaptação que inclui as seguintes fases: *negação*, *negociação*, *raiva*, *depressão* e *aceitação*. Os próximos parágrafos descrevem cada fase, exemplificando-as com argumentos dos sujeitos desta investigação, de modo a justificar e/ou ratificar o que a autora afirma.

A *negação* representa a busca da cura e a recusa da deficiência. Essa fase é identificada nos seguintes trechos das entrevistas:



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Ele é uma pessoa que se comunica bem com as pessoas, mesmo com a diferença dele (Narrativa de Ariel, mãe de um adolescente com NEEs, 14/12/2009, Mossoró/RN).

Ela não é agressiva, nem é assim... O comportamento dela é bom de poder chegar num canto, se comporta (Narrativa de Valentina, mãe de uma adolescente com NEEs, 15/12/2009, Mossoró/RN).

Eu digo que ela é especial duas vezes, que ela é minha filha, por eu amá-la e por ter essa deficiência, uma pequena deficiência (Narrativa de Sarah, mãe de uma criança com NEEs, 15/12/2009, Mossoró/RN).

*A negociação* é uma espécie de compensação, quando os pais buscam encontrar formas para acreditarem que seus filhos poderão melhorar. Isso foi sinalizado nas falas abaixo:

Tem criança com bem necessidade, mais necessidade... (Narrativa de Ariel, mãe de um adolescente com NEEs, 14/12/2009, Mossoró/RN).

Eu prefiro minha filha do jeito que ela é, que ela está sem aprender a ler e a escrever até hoje né... (Narrativa de Clara, mãe de uma adolescente com NEEs, 14/12/2009, Mossoró/RN).

*A raiva* aparece como consequência da insatisfação dos pais ao perceberem-se frustrados nas suas expectativas com os filhos, podendo ser canalizada à criança, a exemplo do que expressaram as narrativas abaixo:

A gente tem que aceitar (Narrativa de Ariel, mãe de um adolescente com NEEs, 14/12/2009, Mossoró/RN).

[...] pra decorar negócio de escola, se eu não tiver em cima ela não faz. Traz atividade não diz, se eu não perguntar, diz até mesmo que não tem [...] aí ele diz que acha que é porque devido ela não querer fazer (Narrativa de Valentina, mãe de uma adolescente com NEEs, 15/12/2009, Mossoró/RN).

Antes eu me angustiava, não era propriamente por mim, era pela forma como as pessoas olhavam pra ela, pela forma como até a família olhava pra ela (Narrativa de Sarah, mãe de uma criança com NEEs, 15/12/2009, Mossoró/RN).

*A depressão* pode ocorrer antes que a família atinja uma razoável adaptação diante da deficiência e expressa certa consciência da família acerca das limitações da sua criança. Como se pode observar nos fragmentos abaixo:



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Ela num teve a mente pra aprender né? E escrever, mas pelo menos eu quero ela como ela é, dócil e amável (Narrativa de Clara, mãe de uma adolescente com NEEs, 14/12/2009, Mossoró/RN).

[...] tinha mesmo que procurar as coisa pra ela né? Tratamento. Mas hoje convivo normal, normal, trato ela como outra pessoa... normal [...] Não é fácil aceitar um filho especial, você precisa ter a cabeça muito boa, você precisa ter determinação, força de vontade pra lutar com ele (Narrativa de Sarah, mãe de uma criança com NEEs, 15/12/2009, Mossoró/RN).

Por fim, a *aceitação* se manifesta quando a família passa a lidar de forma mais tranquila e segura com a criança e sua deficiência, conforme se observa nos extratos que se seguem:

Depois de muita orientação nós passamos a aceita-la normalmente (Narrativa de Valentina, mãe de uma adolescente com NEEs, 15/12/2009, Mossoró/RN).

Meu Deus! Como minha filha desenvolveu! (Narrativa de Sarah, mãe de uma criança com NEE, 15/12/2009, Mossoró/RN).

No intuito de estreitar a realidade das famílias investigadas, as mães foram indagadas sobre a existência de alguma forma de preconceito com seus (uas) filhos (as) no âmbito de suas famílias. Somente uma das quatro entrevistadas assumiu o fato. Segue, pois, seu relato:

[...] foi muito difícil o pai dela aceitar a deficiência da minha filha. Foi difícil pra ele. Ele tinha vergonha. Ele não gostava que ela falasse com todo mundo, jogava beijinhos [...] hoje ele tem orgulho de andar com ela. Hoje ele chama pra ela ir pra qualquer lugar, chama ela pra todo canto (Narrativa de Sarah, mãe de uma criança com NEEs, 15/12/2009, Mossoró/RN).

Na narrativa de uma das mães que enfatizou não existir preconceito no âmbito da família, fica evidente, através de seu depoimento, expressões que revelam sim a presença do preconceito em seu convívio familiar.

[...] assim, que tivesse acontecido algo assim, coisa não, eu nunca, sabe, assim nunca [...] coisa mesmo focada que eu tivesse problema, que passei por alguma coisa assim não. [...] se aconteceu alguma vez eu esqueci [...] Com certeza né? Tem os preconceitos né? Assim, família e tal né? Pessoas, mas num é aquela coisa... (Narrativa de Clara, mãe de uma adolescente com NEEs, 14/12/2009, Mossoró/RN).

Além de apresentar um discurso confuso, a entrevistada coçava a cabeça e esboçava uma expressão de que já passou por isso, mas prefere acreditar que não aconteceu. Esse comportamento



revela o quanto é difícil admitir ter ou sofrer preconceito, pois ninguém quer ser rotulado como preconceituoso. Todavia, a não admissão da existência do preconceito, impossibilita seu rompimento.

É preciso entender que muitas famílias se encontram desprotegidas e necessitadas de apoio em relação à forma de lidar com as necessidades especiais, gerando um atraso na procura de recursos ou até mesmo uma rejeição. Isso fica evidente nos relatos a seguir:

Sempre eu tentei procurar, mais nunca tive assim, um amparo de alguém que me desse mais força. Mais eu sentia a necessidade maior dele [...] pais que tem crianças com alguma deficiência, alguma dificuldade que não faça como eu, que deixe pra quando a criança tiver com 15 anos não, porque quanto mais cedo cuidar, melhor resultado terá (Narrativa de Ariel, mãe de um adolescente com NEEs, 14/12/2009, Mossoró/RN).

Se eu tivesse orientação do médico na hora que eu tive, que não me disseram nada [...] se eu tivesse orientação na hora que ela tivesse nascido, tivesse dito: Olhe é assim... assim... Eu teria procurado (Narrativa de Valentina, mãe de uma adolescente com NEEs, 15/12/2009, Mossoró/RN).

É preciso, então, entender que a família como base do desenvolvimento do indivíduo deve cumprir a tarefa de oferecer à pessoa com NEEs condições para o seu crescimento, tornando-a capaz e produtiva, dentro de sua realidade, de suas potencialidades e de seus limites. No entanto, a escola e a sociedade também devem colaborar, no sentido de erradicar toda e qualquer forma de preconceito que venha servir de obstáculo ou minimizar as potencialidades desses sujeitos e da sua condição humana.

Como resultados, aponta-se que as narrativas de histórias de vida de mães de crianças e adolescentes com NEEs do Centro Regional de Educação Especial de Mossoró e Região (CREE-MOS), local da investigação, possibilitam um novo olhar para o papel social da família, no sentido de desmistificar as marcas do preconceito existente na própria família, na escola e na vida social dessas crianças e adolescentes. Os relatos aqui descritos, permitem perceber a importância dos centros de atendimento especializado, com profissionais especializados, para desenvolver, junto com as famílias, o potencial de suas crianças e adolescentes e/ou amenizar suas dificuldades, como também para contribuir com a aceitação de suas diferenças e particularidades, de modo a possibilitar a efetivação de seus direitos individuais e sociais.

## **CONSIDERAÇÕES**



A complexidade do debate acerca da temática indica inúmeras dimensões que interferem na questão do preconceito para com os sujeitos com NEEs, com destaque para a família, responsável pelo convívio, desenvolvimento e influência na formação do ser humano, pois ela é o primeiro grupo social ao qual os sujeitos pertencem e do qual adquirem regras que passam a reproduzir na sociedade.

É imprescindível destacar a família como agente influenciador para garantir a efetivação dos direitos da criança e do adolescente com NEEs, não os discriminando, e sim, os estimulando a desenvolver suas potencialidades, para que possam ser respeitados (as) pela sociedade e se inserirem no mercado de trabalho, de acordo com suas aptidões, o que é indispensável para as relações interpessoais, as habilidades profissionais e básicas para uma vida digna.

## **REFERÊNCIAS**

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família, In: SALES, Mione Apolinário. MATOS, Maurílio Castro de. LEAL, Maria Cristina. (Org.). **Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 61-77.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2004.

CARLOTO, Cássia. Programa de transferência de renda. In: **Políticas sociais para as mulheres em Fortaleza**. Fortaleza: EUFC, 2008.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiência de vida e formação**. 2 ed. rev. e amp. Natal, RN: EDUFRN, São Paulo: Paulus, 2010.

OLIVEIRA, Luciene da silva, NOGUEIRA, Cleonice Lopes, NEVES, Márcia Emilia Rodrigues Neves. Assistência e Inclusão Social das pessoas portadoras de deficiência: a complexidade da questão. In: **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004**. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Lucieneoliveira.pdf>. Acesso em: 14 de dez. 2009.

QUEIROZ, Renato da silva. **Não vi e não gostei: o fenômeno do preconceito**. São Paulo: Moderna, 1995.

SPOSATI, Aldaíza. Exclusão social abaixo da linha do Equador. In: **Seminário Exclusão Social**. São Paulo: Puc. 1998.